

REVISTA ZÊNITE INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - ILC

a. 24

n. 284

out. 2017

DOCTRINA

965 A atuação do advogado público em tempos de Lava Jato – Revisitando os limites e parâmetros de sua responsabilização
Flávio Amaral Garcia

972 O orçamento estimado nas licitações das empresas estatais
Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

980 Dano presumido (*in re ipsa*) – art. 10 da Lei nº 8.429/92 – não necessariamente acarreta a penalidade de ressarcimento
Mauro Roberto Gomes de Mattos

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

995 Registro de preços julgado pelo menor valor global do lote e aquisição individual de itens

1003 Contratação de agenciamento de serviços de táxi – Propostas com taxas negativas

1007 Terceirização – Duração do contrato por escopo e exigências de qualificação técnica

1012 Registro de preços – Adoção em razão da indisponibilidade orçamentária

1017 Alteração qualitativa – Requisitos que devem ser observados para a mudança de local de execução dos serviços

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1023 1. Para enquadramento no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06, em contratações de serviços contínuos, deve-se considerar o período de vigência inicial ou a soma de possíveis prorrogações?

1027 2. Nas licitações eletrônicas realizadas com amparo na Lei nº 13.303/16, considerando o envio eletrônico dos documentos de habilitação, será necessária a apresentação dos originais?

1028 3. Há obrigatoriedade de um contrato de obra, com prazo de vigência de 200 dias, estar incluído no plano plurianual, se algumas de suas parcelas se estenderem até o próximo exercício orçamentário? Caso não esteja contemplado na forma do art. 57, inc. I, da Lei nº 8.666/93, é correta a determinação de prazo que extrapole o exercício orçamentário?

1030 4. A respeito da contagem do prazo para repactuação, em que a data-base da categoria é 1º de março, como verificar a periodicidade anual referente à CCT 2017/2018, se a CCT 2016/2017 concedeu o reajuste de forma fracionada (5% de março a setembro de 2016 e 5,67% a partir de outubro de 2016), tendo a Administração conferido a repactuação pertinente (com ambos os percentuais) apenas em outubro de 2016?

1031 5. Se determinada empresa sofre penalização administrativa – suspensão do direito de licitar e contratar – em diversos processos de contratação, o cumprimento dos efeitos das sanções ocorre concomitantemente ou ao término dos efeitos de uma sanção inicia-se a da outra

1033 6. Em edital de pregão eletrônico, é possível prever a autorização para o pregoeiro ampliar o prazo fixado para envio da documentação pelo sistema?

1036 7. Para fins de aplicação do art. 24, inc. I, da Lei nº 8.666/93, como a doutrina e o TCU têm interpretado a expressão “mesmo local”?

1038 8. É possível aplicar a racionalidade atinente à preclusão lógica do direito ao reajuste em contratos de obras, diante de medições e aditamentos de prazo?

1040 9. A IN nº 05/17 implementou alguma mudança em relação ao reajustamento dos contratos de prestação de serviços com e sem alocação exclusiva de mão de obra? Quais critérios devem ser utilizados?

1042 10. É possível a aplicação de índice de reajuste negativo? Como a Administração deve proceder?

1044 JURISPRUDÊNCIA

1051 TRIBUNAIS DE CONTAS

1060 LEGISLAÇÃO

1061 BLOG ZÊNITE